



## **Memória institucional e institucionalização da memória – a questão dos lugares de fala na produção da narrativa memorial e o projeto Memória Globo<sup>1</sup>**

Bruno Fernando de CASTRO<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ  
Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ

### **RESUMO**

Neste trabalho procuraremos pontuar a relação entre memória e história na construção narrativa de uma versão da própria Rede Globo, através de seu projeto Memória Globo, para duas polêmicas que marcaram o jornalismo da emissora, a cobertura jornalística da campanha das Diretas Já em 1984 e as edições do último debate entre Lula e Collor antes das eleições para presidente em 1989. De tal maneira, discutiremos o que se fala sobre esses acontecimentos a partir de alguns lugares de fala diferenciados e como estes representam, e estão inseridos em, relações de poder e de legitimidade que concedem valores diferenciados para o discurso produzido a partir dos posicionamentos sociais. E como a História é uma constatação interpretativa, é de extrema importância se perguntar quem a interpreta e quais são os meios de distribuição e acesso a certa interpretação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória Globo; Práticas de Memória; Cobertura Jornalística

De técnica à questão da alma e do eu interior, de relação com a experiência individual à relação com a coletividade, de co-memorações ao dever de justiça, a memória foi e continua sendo alvo de debates, práticas e disputas. Sem querer esgotar os usos da memória nos tipos de abordagem supracitadas, queremos pontuar a emergência da memória como uma das grandes preocupações políticas e culturais da nossa sociedade ocidental contemporânea.

O que se vê desde as últimas décadas do século XX é uma mudança nas maneiras de se experienciar o tempo e como ele é percebido. Muitos autores escreveram sobre a questão da globalização, das tecnologias de comunicação, do encurtamento das distâncias como vetores da aceleração do tempo sensível, o tempo que diferentes indivíduos, social e historicamente posicionados, sentem e experienciam de maneira distinta entre si e dentro de si. Para definir e fazer operar essa condição histórica, trabalharemos com categorias criadas por alguns autores. Resumiremos três conceitos que nos foram fundamentais.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Jornalismo do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando em Comunicação e Cultura ECO-UFRJ. Mestrando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. Licenciado em História pela UERJ/FFP e Graduando em Estudos de Mídia pela UFF, onde foi bolsista da professora Marialva Carlos Barbosa. [brunofernandocastro@yahoo.com.br](mailto:brunofernandocastro@yahoo.com.br)



As definições dessas categorias são muito semelhantes, sempre versando sobre a experiência e sensibilidade do tempo ao longo da história, e por isso é muito fértil trabalharmos com elas. A primeira categoria que explicitaremos é de *espaço de experiência e horizonte de expectativas*, desenvolvido Reinhart Koselleck (2006). Como categorias históricas, elas equivalem à de espaço e tempo, de modo que uma dada condição histórica<sup>3</sup> proporciona experiências próprias em relação às quais produzimos nossas expectativas, corroborando-a ou projetando novas experiências possíveis. Portanto, ambas as categorias são as duas faces da mesma moeda com a qual vivemos a realidade socialmente construída.

O pensamento de Koselleck aborda o conteúdo das duas outras categorias, mas acredito que é possível explicar de maneira mais clara relacionando com o conceito de *regimes de historicidade* de François Hartog (1996) e de *arquitetura temporal* de Krzysztof Pomian (1984) se confundem e se complementam. Ambos os conceitos abordam a questão da temporalidade vista como a inscrição da atividade humana no tempo levada a cabo de modo narrativo. Para além da experiência temporal em cada contexto histórico, o que se procura é atentar para os usos da tensão tridimensional do tempo, suas motivações e implicações.

Hartog identifica três grandes regimes de historicidade no mundo Ocidental. Primeiro o que ele chama de Regime Antigo no qual o passado esclarece o futuro, quando a relação entre o passado e o futuro era regrada pela referência ao passado. Era o tempo da história *magistra vitae*, a história exemplar, cíclica, pela qual o passado se explica e constrói o futuro. É a história dos gregos, de seus grandes feitos de seus grandes homens, e de suas tragédias mitológicas e didáticas para a relação do homem com tempo que pertencia aos deuses. Mas é também a do tempo religioso, litúrgico, do que é cíclico, do eterno retorno até o dia do juízo final (Pomian, 1984).

A modernidade se caracteriza, entre outras coisas, pelo desencanto do mundo e pela idéia de civilização como etapa final de um progresso contínuo, linear e obrigatório. Estas duas caracterizações são fundamentais para a construção de um novo horizonte de expectativas. O desencanto do mundo e a vontade de romper com a ordem do Antigo Regime provoca mudanças na própria linguagem. O tempo sai da esfera de

---

<sup>3</sup> Condição histórica é entendido aqui a partir das considerações feitas por Paul Ricoeur (2007), na qual propõe uma hermenêutica ontológica que diz respeito à intransponível condição histórica do ser social produtor de saber histórico. Condições existenciais, que estruturam a forma de existir, de ser no mundo. Ou, como ele afirma: “fazemos a história e fazemos história porque somos históricos” (Ricoeur, 2007:300)



influência religiosa e passa a ser filosófica e cientificamente mensurado e qualificado. Exemplo disso é o aparecimento de expressões como progresso e século para marcar o estágio evolutivo das sociedades européias e os utiliza como grau de comparação com o seu passado e com as demais sociedades contemporâneas. Essa história moderna é a história das utopias, das mudanças, de tal maneira que não mais o passado exemplar explica a história e sim o projeto de futuros alternativos, é a história marxista, positivista, ou de qualquer outro paradigma moderno que procurava projetar a história de acordo com o estágio evolutivo até ali identificado historicamente. Koselleck (2006) resumiu habilmente esse tempo de “futuros presentes”.

Tal modelo começara a entrar em crise no momento em que os sujeitos começaram a se dar conta das mazelas que o progresso trouxe e das mais outras que ele poderia trazer. O que motivou, entre outras coisas, o crescente apelo ao subjetivismo contra o racionalismo relacionado à modernidade. Ao mesmo tempo em que se criticava tal maneira de lidar com o tempo e com a história, os meios de comunicação de massa foram ganhando grande centralidade no cotidiano das pessoas. Mas esse estágio do processo histórico dos meios de comunicação de massa condiz com o impacto da tecnologia da comunicação e a globalização que ajudaram a constituir uma arquitetura temporal própria de nossa época. O volume de acontecimentos noticiados crescente, cada vez mais rápido, e com a chegada do jornalismo “ao vivo”, foi associado ao presentismo e à aceleração do tempo que tanto ouvimos falar.

Porém, uma marca da nossa sociedade Ocidental nas últimas décadas do século XX é a emergência da memória e de práticas sociais memoriais. Ela está perfeitamente associada com esse presentismo, porque a memória não diz respeito ao passado. Trata-se, na verdade de usos do passado a partir do presente. Usos que são sempre construções narrativas, portanto são sempre reconstruções seletivas do passado. Seleção e retenção afetiva do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo e dos posicionamentos sociais (Catroga, 2001:20).

Mas ao falarmos de presentismo e fim das meta-narrativas do progresso e das utopias, não significa que vivemos um eterno presente. É certo que muito do processo histórico e da densidade do tempo se perde nessa arquitetura temporal, porém o conteúdo da memória é inseparável das expectativas em relação ao futuro; dos seus campos de objetificação; e dos ritos que o produzem, reproduzem e transmitem. Fernando Catroga afirma o mesmo de maneira mais sofisticada: “sob o efeito de uma crescente dissolução da vivência do tempo como *presente real* (complexo e tensional)



na atemporalidade e acronia do *tempo real*, tende-se a esquecer que a própria memória é indissociável da idéia de futuro” (Catroga, 2001:32). Seria mais correto concordarmos com Andreas Huyssen (2000) ao afirmar que o que nos move na contemporaneidade são os passados presentes, apropriação da expressão futuros presentes, que Koselleck cunhou para se referir à modernidade.

## **1. História e memória na/da mídia – o caso Memória Globo**

É verificável uma tendência atual nos estudos de história da mídia muitos mais memorialística do que histórico processual. De tal maneira, o tratamento é muitas vezes o de efeméride, de celebração, de resgate memorialístico. Por isso, privilegiam a ruptura e a temporalidade linear numa construção narrativa muito mais descritiva do que analítica.

E entre as próprias empresas (midiáticas ou não) busca-se o mesmo, criando centros e projetos de memória para resgatar sua história, ou, os vestígios do passado que querem que seja narrado. Mas o que buscaremos aqui é discutir o debate em torno de dois acontecimentos marcantes e polêmicos da cobertura jornalística da Rede Globo: a cobertura da campanha Diretas Já em 1984 e as edições do último debate entre Lula e Collor antes das eleições para presidente em 1989. Pode-se considerar que esse eventos geraram uma certa crise sobre o que é coberto pelo jornalismo da emissora e como são feitas as edições de debates políticos. Para este último caso, é exemplar o fato de que a emissora não mais editou com os “melhores momentos” os debates para a eleição de presidente da República. Trazendo essa questão para a nossa abordagem teórica, acreditamos que momentos de crise provocam profundas reconfigurações na memória. E como a memória é algo imprescindível para os processos de identificação, será o modo como se recorda um acontecimento que dirá como se quer ser identificado perante a sociedade dali em diante.

Portanto, trabalharemos aqui com o que Ricoeur (2007) chamou de memória manipulada, ou seja, a memória em seu nível prático. Segundo ele, a especificidade dessa abordagem situa-se no cruzamento entre a problemática da memória e da identidade, mobilizando a memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. É nesse plano que se exercitam os usos, mas também os abusos de memória. Tomando a mídia como instituição social com seus próprios valores e tamanho poder nas relações sociais do cotidiano, de poder dar sentido, de significar, a memória



exercitada, em tal plano institucional, é uma memória ensinada, ou que se quer de tal maneira. Logo, o lugar privilegiado ocupado pela Rede Globo nas relações de poder conferem a ela uma legitimidade desigual perante outras instituições sociais como a escola, grupos políticos ou acadêmicos que pensaram sobre os temas que abordaremos nesse trabalho. É a partir dessa discussão que o título deste trabalho foi pensado, pois quando uma empresa com tamanho capital simbólico procura produzir uma memória institucional, o poder de atribuir sentido que esta detém é capaz de institucionalizar a memória sobre os acontecimentos que narra, na medida em que essa narrativa será aquela com maior poder de difusão e circulação, e algumas vezes sem ter outras fontes que gozem de legitimidade com a quais possamos confrontar.

### 1.1 Polêmicas históricas

Reunindo uma equipe formada por historiadores, antropólogos, sociólogos e jornalistas, foi criado em 1999 o Memória Globo como uma área da Diretoria de Relações Externas da Central Globo de Comunicação, para pesquisas sobre a história da TV Globo e de suas produções. um trabalho de levantamento histórico detalhado nos arquivos da empresa e em outros acervos públicos e privados com fontes de natureza variada. Entre essas fontes está o testemunho de funcionários, ex-funcionários e colaboradores da empresa, procurando, a partir desses depoimentos, “identificar os fatos que marcaram a história da empresa e as diversas interpretações sobre os mesmos fatos”<sup>4</sup>. Até os dias de hoje, alguns trabalhos já foram lançados como resultado de anos de pesquisa<sup>5</sup>. Mas o site do Memória Globo, com um vastíssimo conteúdo, foi ao ar apenas em junho de 2008.

Como dito anteriormente, nosso enfoque será sobre duas coberturas que abalaram o jornalismo da emissora. No site há um link específico para essas questões oportunamente intitulado “Polêmicas históricas”, no qual a Rede Globo apresenta sua versão para alguns fatos que foram objeto de polêmica na sua trajetória, organizados segundo os subitens: “Concessões de canais (1957 e 1962)”, “O caso Time-Life (1962-1971)”, “Proconsult (1982)”, “Comícios da Diretas Já (1983/84)”, “Debates entre Candidatos à Presidência (1989)” e “BNDES/ Setor de mídia (2004/2005)”.

---

<sup>4</sup> <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,LMR0-5274,00.html>

<sup>5</sup> Refiro-me aos livros Memória Globo. Jornal Nacional: A notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004; Dicionário da TV Globo Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003; Almanaque da TV Globo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

## 1.2 A cobertura do comício das Diretas Já (1984)

A versão que a Rede Globo apresenta para esse acontecimento começa a ser contada desde março de 1983, quando o deputado Dante de Oliveira (PSDB-MT) apresenta ao Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição prevendo o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República em dezembro do ano seguinte. Igualmente, cobrem, em abril do mesmo ano, o lançamento, pelo PMDB da campanha nacional de apoio à emenda, com o slogan que se tornou a referência de tal campanha: “Diretas Já”.

Conforme os meses passavam, a campanha ganhava força. E em 27 de novembro de 1983, ocorre a primeira manifestação pública expressiva a favor das eleições diretas pelos partidos de oposição, que foi noticiada pelo Fantástico.

De janeiro até abril de 1984, quando seria votada a emenda no Congresso, foram organizados vários comícios. Os primeiros (Curitiba (PR) – 50 mil pessoas; Salvador (BA) – 15 mil; Vitória (ES) – 10 mil; Campinas (SP) – 12 mil) foram registrados apenas nos telejornais locais. O próprio Roberto Marinho explicou que temia que uma ampla cobertura da televisão pudesse se tornar um fator de inquietação nacional. Mas o texto do Memória Globo afirma que na prática a emissora cobriu os comícios. A questão de noticiar apenas nos telejornais locais uma campanha de abrangência nacional, e que buscava e alcançava uma comoção a essa altura, a emissora restringia a informação a tal localidade, sem dar a dimensão/amplitude que o movimento pelas Diretas tomavam em todo o Brasil.

No texto sobre tal acontecimento no Memória Globo afirma-se que treze dias após o comício de Curitiba, a emissora passou a noticiar todas as manifestações de rua em rede nacional. Foram apenas treze dias, mas nesse ínterim houve comícios locais sobre os quais nada foi mencionado. Quando, em 25 de janeiro de 1984, o Jornal Nacional aborda de maneira polêmica o Comício da Praça da Sé. Eis a versão do Memória Globo para esse acontecimento:

A origem da confusão foi a chamada da matéria, lida pelo apresentador Marcos Hummel, que se referia ao comício da Sé como um dos eventos comemorativos do aniversário da cidade. O locutor leu a chamada: “Festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na praça da Sé.” De fato, havia a relação entre a manifestação e o aniversário da cidade. Os organizadores haviam marcado o evento para o dia 25 de janeiro justamente para facilitar a participação popular. E, se a chamada da



matéria parecia não levar em consideração a dimensão política do comício, em seguida, a reportagem de Ernesto Paglia relatou com todas as letras o seu objetivo: pedir eleições diretas para presidente da República.

Algumas considerações são necessárias aqui. Ao afirmar que havia de fato “relação entre a manifestação e o aniversário da cidade”, e que “os organizadores haviam marcado o evento para o dia 25 de janeiro justamente para facilitar a participação popular, podemos imaginar que se pretende explicar a participação popular como tivesse se dado apenas por causa das festividades do aniversário da cidade de São Paulo, como explicar então a multidão permanecer mesmo sob chuva, como está dito na matéria? Não podemos esquecer que o jornal O Globo do dia seguinte trouxe uma imagem do comício, mas o título da matéria se referia às festividades do aniversário da cidade, e mesmo tendo uma outra equipe profissional, tanto o jornalismo impresso quanto o televisivo respondem a um código comum das Organizações Globo. Não por acaso, no ano em que o jornal impresso completou 80 anos, num caderno especial que falava sobre a participação do periódico nos diversos momentos marcantes da história brasileira, o texto afirmou que cobriu amplamente toda a campanha pelas Diretas, trouxe a imagem do comício da Sé, mas não trouxe o título que deram à matéria.

E principalmente é preciso questionar a afirmação que, de fato, eles cobriram o comício, mesmo que tenha sido ao final de uma matéria sobre as festividades do aniversário da cidade de São Paulo. Além do mais, considerando que a realidade é uma construção social que faz uso principalmente da linguagem para levar a cabo tal tarefa, não tem como escapar do relacionamento feito pelos críticos a tal cobertura com esvaziamento de sentido da organização ao relacioná-la com comemorações e festividades aquém do que se discutia no comício. Acreditar que a cobertura, da maneira como foi feita, abordou o comício e ponto, é tomar como certo a prerrogativa já muito questionada de que a notícia retrata os acontecimentos ao relatar os fatos. Teorias sociológicas aplicadas à comunicação questionam essa visão. Para estas, toda realidade social é inescapavelmente uma construção social, não existindo o fato, o acontecimento em si, eles são construídos ao se produzir narrativamente a notícia, portanto a linguagem e a maneira como são produzidas as notícias constroem os significados possíveis. Mas acreditar que a notícia é uma mera constatação de uma realidade que existe em si é uma atribuição identitária da profissão de jornalista que se apresentam como um dos últimos redutos positivistas, acreditando que ao utilizar toda uma metodologia de coleta e apresentação narrativa dos fatos é possível alcançar o máximo



de objetividade necessária para constatar a realidade<sup>6</sup>, o que lhes é muito útil para terem sua fala legitimada e a legitimidade sobre um discurso.

Se a Rede Globo cobriu dessa maneira por iniciativa própria ou por pressão do governo militar, o que é certo foi que a Rede Globo passou a cobrir nacionalmente os comícios enquanto tais somente após a fatídica cobertura do comício da Praça da Sé. Os comícios anteriores ao de São Paulo já haviam reunido mais de 10 mil pessoas cada, mesmo em centros urbanos de menor porte como Vitória (ES), chegando a reunir mais de 50 mil em Curitiba (PR), sem, no entanto, serem abordados no noticiário nacional. Como prova do espaço de autonomia, que as acusações de que a mídia manipula teima em ignorar, a sociedade civil se organizou sem a mediação do principal órgão de mídia televisiva. E conforme essas organizações tornavam-se cada vez mais contundentes e expressivas, ficava difícil para uma empresa como a Rede Globo, que quisesse manter sua credibilidade e legitimidade, manter-se a parte. Após a cobertura do Comício da Praça da Sé, se era intenção do próprio dono da Rede Globo, Roberto Marinho, manter o silêncio sobre tais comícios, chegara a hora de ter de cobri-lo pois estaria comprometendo a credibilidade do jornalismo da emissora; e se realmente houve fortes pressões dos militares e ele nada podia fazer contra isso, o momento e o nível organizacional que a sociedade civil se encontrava daria respaldo à Globo para que a cobertura fosse possível. É certo que não devemos falar da mídia, ou mesmo da Rede Globo, como um todo homogêneo. Mas houve uma intenção deliberada de, a princípio, não cobrir os comícios. E ainda assim, podemos imaginar a angústia pela qual passavam os jornalistas diante de algo com extremo valor histórico e jornalístico, e o que era ter de cumprir ordens sobre a cobertura dos comícios da campanha e/ou encontrar brechas para abordá-las<sup>7</sup>.

Polêmica posta amplamente no debate, a Rede Globo passou a cobrir de maneira contundente todos os comícios desde então até o fim da campanha em abril. Com direito a muitos minutos nos noticiários nacionais (inclusive invadindo o horário da novela das oito), flashes ao longo do dia e chamadas ao vivo, cobriu-se nos noticiários nacionais até mesmo os comícios organizados em cidades fora da região sudeste, que é a caixa de ressonância do Brasil, como Goiânia e Porto Alegre.

---

<sup>6</sup> Para essas afirmações teóricas, cf. Tuchman (1978) e Schudson (1978; 2005)

<sup>7</sup> Como o próprio repórter Ernesto Paglia, responsável pela matéria, diria em seu depoimento. Cf: [http://memoriaglobo.globo.com/TVGlobo/Comunicacao/Institucional/memoriaglobo/CDA/Pop/tvg\\_cmp\\_memoriaglobo\\_pop\\_video/0,,178492.html](http://memoriaglobo.globo.com/TVGlobo/Comunicacao/Institucional/memoriaglobo/CDA/Pop/tvg_cmp_memoriaglobo_pop_video/0,,178492.html)

O que se seguiu sobre todo esse episódio da campanha “Diretas Já” não trouxe polêmica significativa para emissora. Para finalizar o que se sucedeu sobre todos esses acontecimentos, basta pontuar que em 18 de abril, o presidente João Figueiredo decretou a adoção, pelo prazo de 60 dias, de medidas de emergência no Distrito Federal e em dez municípios de Goiás para conter possíveis e prováveis manifestações de apoio à emenda. E então no dia 25 de abril a votação no Congresso Nacional terminou sem que a emenda das Diretas conseguisse a maioria de dois terços exigida para ser aprovada. Perdeu por apenas 22 votos.

### **1.3 As edições do debate dos candidatos à presidência (1989)**

Eis outra grande polêmica envolvendo o jornalismo da Rede Globo. Durante o segundo turno houve dois debates entre os candidatos Lula e Collor. O primeiro realizado nos estúdios da TV Manchete, no Rio de Janeiro e o segundo nos estúdios da TV Bandeirantes, em São Paulo. Ambos os debates foram transmitidos na íntegra por um *pool* formado pelas quatro principais emissoras de televisão do país: Bandeirantes, Globo, Manchete e SBT.

A polêmica se deu em relação ao último debate. Primeiramente, apresentaremos a versão construída pela Memória Globo para todo o acontecimento.

No dia seguinte à sua exibição ao vivo e na íntegra, a Rede Globo apresentou duas matérias com edições do último debate: uma no Jornal Hoje e outra no Jornal Nacional. As duas foram questionadas. A primeira por apresentar um equilíbrio que não houve, e a segunda por privilegiar o desempenho de Collor. Mas foi a segunda que provocou grande polêmica. A Globo foi acusada de ter favorecido o candidato do PRN tanto na seleção dos momentos como no tempo dado a cada candidato, já que Fernando Collor teve um minuto e meio a mais do que o adversário.

A própria liderança do PT, apesar de não admitir a derrota, reconheceu que Lula não se saíra bem no confronto com Collor. Como noticiou o Jornal do Brasil, antes mesmo da edição do Jornal Nacional ser criticada, “um sentimento de frustração marcara as avaliações que o comando da campanha petista fazia sobre a participação de Lula no debate com o candidato do PRN” (JB, 16/12/1989). Seis anos depois, em entrevista à revista *Imprensa*, José Genoino afirmou que o desempenho de Lula tinha sido, realmente, ruim (*Imprensa*, 06/1995).

Os responsáveis pela edição do *Jornal Nacional* afirmaram, tempos depois, que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time. Segundo eles, o objetivo era que ficasse claro que Collor tinha sido o vencedor do debate, pois Lula realmente havia se saído mal.

Além disso, segundo o Ibope, a audiência total do debate – somadas todas as emissoras que compunham o *pool* – foi de 66 pontos, maior do que a do *Jornal Nacional* do dia seguinte, que apresentou 61 pontos. Isso significa que o

número de pessoas que assistiu ao debate na íntegra foi maior do que o daqueles que viram a sua edição no *JN*.

Mas o episódio provocou um inequívoco dano à imagem da TV Globo. Por isso, hoje, a emissora adota como norma não editar debates políticos; eles devem ser vistos na íntegra e ao vivo. Concluiu-se que um debate não pode ser tratado como uma partida de futebol, pois, no confronto de idéias, não há elementos objetivos comparáveis àqueles que, num jogo, permitem apontar um vencedor. Ao condensá-los, necessariamente bons e maus momentos dos candidatos ficarão de fora, segundo a escolha de um editor ou um grupo de editores, e sempre haverá a possibilidade de um dos candidatos questionar a escolha dos trechos e se sentir prejudicado.

Nesse caso, o Memória Globo fez um mea-culpa sobre toda a polêmica. Mas vamos às considerações cabíveis. Como podemos perceber pelo que foi dito, houve uma acusação de que a edição com os melhores momentos do debate que foi ao ar no *Jornal Nacional* favoreceu Collor enquanto mostrou apenas suas melhores falas e desfavoreceu Lula enquanto mostrou seus piores momentos. Toda a argumentação, portanto, parece querer estipular uma vitória de Collor, como se o debate tivesse sua razão em estabelecer um vencedor e um perdedor. Avaliar qualitativamente o desempenho é aceitável, mas ao afirmar que “a própria liderança do PT, apesar de não admitir a derrota, reconheceu que Lula não se saíra bem no confronto com Collor”, o que se tem em conta nem é tanto um debate enquanto exposição e questionamento de idéias, mas sim uma disputa na qual um lado deverá ser tomado como vencedor e por isso é questão do PT assumir que foi derrotado. Mas a escolha de um vencedor nesse tipo de certame é sempre subjetiva, feita por sujeitos históricos socialmente posicionados, pois não há normas ou padrões para uma análise objetiva de quem teria sido o vencedor. E uma empresa como a Rede Globo assumir uma postura como essa traz grandes responsabilidades, pois essa atitude resultou na edição que estamos discutindo aqui. Não por acaso, o critério usado para a edição, como os próprios responsáveis pela edição do *Jornal Nacional* afirmaram tempos depois, foi o de uma partida de futebol, por isso, no limite da edição, o que se seleciona são os gols de cada time, e como quem faz mais gols ganha o jogo, pode ser que um lado saia vencedor. Em todos os depoimentos disponíveis no site conclui-se que Collor fora vencedor, de tal maneira o objetivo dos editores era que ficasse claro que Collor tinha sido o vencedor do debate, pois Lula realmente havia se saído mal, e que, por isso, não haveria tanto problema assim, segundo os depoimentos de algumas das pessoas envolvidas no caso<sup>8</sup>. Mas esse é um ponto de discórdia sobre de quem seria a verdadeira responsabilidade por essa orientação na edição.

---

<sup>8</sup> Cf. <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21752,00.html>



No quarto parágrafo do texto busca-se amenizar o impacto que a polêmica edição teria causado, argumentando que a audiência total do debate foi de 66 pontos, somando todas as emissoras que compunham o *pool*, enquanto que o Jornal Nacional do dia seguinte, onde foi ao ar a edição, somou 61 pontos, segundo o Ibope, portanto o número de pessoas que assistiram ao debate por inteiro foi maior. Mas essa afirmação desvia a atenção de que apenas cinco pontos separam a audiência total mensurada nas quatro principais emissoras do país durante o último debate, e a audiência mensurada apenas no Jornal Nacional do dia seguinte, o que aponta para a tamanha importância do noticiário, e, por isso, da responsabilidade e consequências que uma edição como esta traria.

Como resultado de toda esta polêmica, a emissora passou a adotar como norma não editar debates políticos, acreditando que eles devem ser vistos na íntegra e ao vivo. Além de concluir que um debate não pode ser tratado como uma partida de futebol, porém, apesar de o debate como confronto de idéias, de tal certame deverá sair um vencedor, a partir do que argumentamos acima, apesar de “não há elementos objetivos comparáveis àqueles que, num jogo, permitem apontar um vencedor”.

## **2. Práticas memórias, construção do acontecimento e poder de significar**

Há pelo menos duas posturas perante os fatos, entendidos como vestígios do passado. Quando o fato diz respeito diretamente à empresa e não é possível separar a relação entre ambos, muda-se a abordagem, a versão, a interpretação narrativa sobre o fato. Porém, quando tal separação é possível, colocam-se como vítimas do fato bruto que lhes serviu de matéria-prima. Podemos perceber estas duas posturas nas versões que o Memória Globo deu para suas “Polêmicas Históricas”. A primeira diz respeito à sua versão para a cobertura dos comícios da Diretas Já (1983/84) e para as edições do último debate entre os candidatos à Presidência, Lula e Collor, nas eleições de 1989. A segunda se aplica mais ao caso Proconsult e a polêmica sobre a apuração das eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 envolvendo Leonel Brizola e Moreira Franco<sup>9</sup>.

François Hartog afirma que com a emergência da memória e da aceleração do tempo, no limite, não há mais história, apenas usos do passado. Múltiplos, multiformes,

---

<sup>9</sup> Cf: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21750,00.html>



multívocos, eles se fazem a título de memória e em nome dos processos de identificação, sempre em relações de poder social e desigualmente distribuídos onde uns têm mais poder de significar e atribuir sentido do que outros. E é ao atribuirmos sentido a um fenômeno social que o construímos como acontecimento, que é utilizado na construção da notícia ou do relato memorial. Porém, Halbwachs já havia afirmado há muito tempo que entre os acontecimentos e a memória há descontinuidades, logo, podemos afirmar, que é nessas brechas onde é possível manipular a memória. Manipulação no sentido que toda construção e formas de acesso ao passado de maneira narrativa são realizadas por sujeitos históricos socialmente posicionados. Mas a memória é um dos alicerces do tripé que sustenta a fenomenologia social, tornando operações sensíveis em experiências e consciências. Como afirmamos, toda prática memorial é construída no presente gerando processos de identificação em função dos projetos e expectativas do indivíduo ou grupo social.

Tomando a Rede Globo como entidade social, podemos aplicar esse esquema ao Memória Globo. Ao construir uma memória de si, a produção de sua versão para os acontecimentos polêmicos nos quais esteve envolvida não é uma mera reunião de testemunhos institucionais. Acima de tudo, está se fazendo a memória operar para produzir a identificação da Rede Globo com credibilidade que lhe é necessária para permanecer uma voz legítima(da) sobre os fenômenos sociais, conferindo-lhes sentido e podendo dizer o que é um acontecimento e o que não é. Logo, trata-se mais de um projeto de manutenção de seu status do que a configuração de um horizonte de expectativas diverso. Redimindo-se com o passado e procurando isentar-se ao máximo do seu envolvimento com tais polêmicas, busca-se libertar as marcas do passado que possam de alguma maneira vir a conter o projeto mantenedor de sua credibilidade.

Nesse sentido, a Rede Globo ocupa uma posição social desigual em relação a outras entidades sociais que produziram ou venham a produzir suas versões sobre tais polêmicas. A legitimidade da marca Globo lhe confere um acesso, distribuição e circulação que dificilmente outra narrativa sobre os assuntos que ela abordar conseguiria. O circuito que a produção escolar, de grupos políticos, ou acadêmica (como esta) pode percorrer, a princípio, será sempre mais limitada, mas nem por isso deve ser desestimulada. Por isso, termino esse trabalho com o lembrete feito por Huyssen

A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social. Dado que a memória pública



está sujeita a mudança – políticas, geracionais e individuais – não é possível armazená-la para sempre, nem protegê-la em monumentos ou arquivos; tampouco, neste particular, podemos nos fiar em sistemas de rastreamento digital para garantir coerência e continuidade. (Huysen, 2000:37)

### Referências bibliográficas

ALMANAQUE DA TV GLOBO. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

CATROGA, Fernando. “As comemorações como liturgias cívicas”. In: Idem *et alli* (orgs.). *História da História em Portugal, séculos XIX e XX: Da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e debates, 1998.

\_\_\_\_\_. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

DICIONARIO DA TV GLOBO. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CHAVEAU, Agnes e TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, EDUSC, 1999.

CUESTA, Josefina. “Los componentes Del testimonio, según Paul Ricoeur” e “Entrevista a Jean Blain”. *História, Antropologia y Fuentes Orales*, n.30, Barcelona, 2003.

FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro, Vértice, 1992.

HARTOG, François. “Tempo e História: ‘Como escrever a história da França hoje?’”. In: *História Social*, n.3, Campinas – IFCH-Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. “Tempos do mundo, história, escrita da história”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

MEMORIA GLOBO. *Jornal Nacional: A notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.



NORA, Pierre. “O acontecimento e o historiador do presente”. In: LE GOFF, Jacques *et alli* (orgs.). *A Nova História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1983.

\_\_\_\_\_. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n.10, dez-1993.

OLICK, Jeffrey e ROBBINS, Joyce. “Social memory studies: from collective memory to the historical sociology of mnemonics practices”. In: *Annual Review of Sociology*, vol.24, 1998.

POLLACK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

\_\_\_\_\_. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992.

POMIAN, Krzystof. *L'Ordre Du temps*. Paris: Gallimard, 1984.

\_\_\_\_\_. “De l’histoire, partie de la mémoire, a la mémoire, objet d’histoire”. In: *Revue de Méthaphysique et Morale*. N.1, jan-mars, 1998.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era” In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. “Memoire et histoire: la confusion”. In: *La hantise du passé: entretien avec Philippe Petit*. Paris: Éditions Textuel, 1998.

\_\_\_\_\_.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: A social history of American newspapers*. New York: Basic Books, 1978.

\_\_\_\_\_. *Sociology of News*. New York: W.W. Norton & Company, 2005.

TUCHMAN, Gaye. *Makin News: A study in Construction of Reality*. New York: Free Press, 1978.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Ri de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



### **Referências *On-line***

Memória Globo

<http://memoriaglobo.globo.com/>

O caso Proconsul (1982)

<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21750,00.html>

Comícios das Diretas Já (1983/1984)

<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21751,00.html>

Debate entre Candidatos à Presidência (1989)

<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21752,00.html>